

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS 2

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**



Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
l62	Investigação científica nas ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-392-7 DOI 10.22533/at.ed.927191306 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas -Parte 2” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares.

Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FICÇÃO - FERRAMENTA DO PENSAMENTO	
Marcus Fabio Galvão Facine	
DOI 10.22533/at.ed.9271913061	
CAPÍTULO 2	8
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTÍMULOS PARA O SUCESSO NA ALFABETIZAÇÃO	
Isabela Censi	
Gabriella Rossetti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913062	
CAPÍTULO 3	16
FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: ANÁLISE DE SITES E BLOGS	
Martha Benevides da Costa	
Rafael Santiago de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9271913063	
CAPÍTULO 4	28
HARRIET MARTINEAU, ALÉM DE SEU TEMPO	
Vitória Rodrigues Rocha Milioni	
Kevin Gustavo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913064	
CAPÍTULO 5	39
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COTIDIANO NAS CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA	
Lucas de Oliveira Cheque	
DOI 10.22533/at.ed.9271913065	
CAPÍTULO 6	50
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA CATEGORIA IDENTIDADE NOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NOS GT'S 03 E 23 DA ANPED NO PERÍODO DE 2003 A 2015	
Breno Alves dos Santos Blundi	
Maria Denise Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.9271913066	
CAPÍTULO 7	61
INOVAÇÃO NAS AULAS DE MATEMÁTICA: O USO DE MANGÁS NO ENSINO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA	
Luis Felipe Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913067	

CAPÍTULO 8	68
LA VALORIZACIÓN DE LOS SABERES DE LA CULTURA DEL BUTIÁ EN SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), BRASIL	
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo Laura Bibiana Boada Bilhalva	
DOI 10.22533/at.ed.9271913068	
CAPÍTULO 9	77
LÉXICO TABU E LA CASA DE PAPEL: OBSERVAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO DO PAR LINGUÍSTICO ESPANHOL-INGLÊS	
Denise Bordin da Silva Antônio Melissa Alves Baffi-Bonvino	
DOI 10.22533/at.ed.9271913069	
CAPÍTULO 10	89
MÃE SOCIAL: UM MODO DE EDUCAR ENTRE A VULNERABILIDADE E O ACOLHIMENTO	
Bruno da Silva Souza Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.92719130610	
CAPÍTULO 11	98
MONITORAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL SOB A PERSPECTIVA SINDICAL	
Nayla Karoline Demilio Perez Brássica	
DOI 10.22533/at.ed.92719130611	
CAPÍTULO 12	114
NO PRESENTE O PASSADO REVELA-SE MAIS PRESENTE: PRÁTICAS DISCIPLINARES DE CASTIGOS ESCOLARES NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 EM SERRINHA-BA	
Angélica Silva Santos Selma Barros Daltro de Castro Ivonete Barreto Amorim Solange Mary Moreira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92719130612	
CAPÍTULO 13	120
NÚCLEO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: CONSTRUINDO PERCEPÇÕES POSSÍVEIS SOBRE A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO DO TRABALHO	
Sibila Luft Ana Paula Parise Malavolta Clairton Basin Pivoto	
DOI 10.22533/at.ed.92719130613	
CAPÍTULO 14	130
UMA EXPERIÊNCIA DE CURSINHO POPULAR: ENTRE IMPLICAÇÕES E DESLOCAMENTOS	
Leonardo Paes Niero Romualdo Dias André Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92719130614	

CAPÍTULO 15	142
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FCT/UNESP: UM OLHAR SOBRE SUA HISTÓRIA E PRODUÇÕES	
Jefferson Martins Costa Vanda Moreira Machado Lima Guilherme dos Santos Claudino	
DOI 10.22533/at.ed.92719130615	
CAPÍTULO 16	153
TERMÔMETRO MUNICIPAL: INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS	
Kamila Lazzeri Manzoni Francine Minuzzi Gorski Lucas Urach Sudati Lucineide de Fátima Marian Tiago Gorski Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.92719130616	
CAPÍTULO 17	164
O EQUILÍBRIO DE PODER EM “A POLÍTICA DE PODER” DE MARTIN WIGHT: ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A ESCOLA INGLESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Theo Peixoto Scudellari Rafael Salatini de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92719130617	
CAPÍTULO 18	176
ARTE E TECNOLOGIA – APLICAÇÃO DE ARDUINO NA MONTAGEM DE UM MONITOR 3D “CUBE LED” (CUBO DE DIODO EMISSOR DE LUZ)	
Rodolfo Nucci Porsani Luiz Antonio Vasques Hellmeister Augusto Seolin Jurisato	
DOI 10.22533/at.ed.92719130618	
CAPÍTULO 19	188
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO NELSON BUGALHO (PRESIDENTE PRUDENTE – SP)	
Patrícia Cereda de Azevedo Eda Maria Góes	
DOI 10.22533/at.ed.92719130619	
CAPÍTULO 20	200
O LEVIATÃ NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO A PARTIR DE HOBBS DO “USA PATRIOT ACT”	
Luís Felipe Mendes Felício	
DOI 10.22533/at.ed.92719130620	
CAPÍTULO 21	211
O RE-APRENDIZADO DE PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS A PARTIR DA FASE ADULTA NOS ESPAÇOS SOCIAIS	
Simone Aires da Silva Rúbia Emmel	
DOI 10.22533/at.ed.92719130621	

CAPÍTULO 22 223

O RETORNO DO INTERNAMENTO DOS INDIVÍDUOS DESVIANTES NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA E DA LOUCURA

Letícia Lafelix Minari

Hélio Rebello Cardoso Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92719130622

SOBRE A ORGANIZADORA..... 235

UMA EXPERIÊNCIA DE CURSINHO POPULAR: ENTRE IMPLICAÇÕES E DESLOCAMENTOS

Leonardo Paes Niero

Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, *Campus Lagoa do Sino* – Buri.

Romualdo Dias

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Rio Claro.

André Pereira da Silva

Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências da Natureza, *Campus Lagoa do Sino* – Buri.

RESUMO: Nosso estudo analisa a prática pedagógica do cursinho Popular Carolina Maria de Jesus, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos – *campus Lagoa do Sino*, município de Buri - SP. As suas atividades constituem um espaço de formação por meio da educação popular, orientado a preparar alunos a se submeterem ao ENEM, desenvolvendo uma visão crítica da sociedade e compromisso com a organização social. Descrevemos neste texto o nosso processo histórico de construção, a consolidação de nossa organicidade, a importância das parcerias e os desafios da construção de um ambiente educativo popular. A prática da educação popular demanda a garantia de uma boa estrutura para a realização das aulas, um método pedagógico que esteja adequado à

realidade local e que tenha uma linguagem coerente com o nível educacional das turmas e a presença de educandas e educandos. Para além de uma série de preocupação com os aspectos pedagógicos, o cursinho popular deve estar ajustado às principais demandas, para que se possa criar um espaço educativo com debate, formação e tomada de decisões. Uma boa conformação das instâncias pedagógicas é fundamental para que a educação popular seja praticada de forma democrática e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação popular. Cursinhos populares. Prática educativa.

ABSTRACT: Our study analyzes the pedagogical practice of the Popular Carolina Maria de Jesus curriculum, an extension project of the Federal University of São Carlos - Lagoa do Sino campus, Buri - SP municipality. Its activities constitute a space of formation through popular education, oriented to prepare students to submit to ENEM, developing a critical view of society and commitment to social organization. We describe in this text our historical process of construction, the consolidation of our organicity, the importance of partnerships and the challenges of building a popular educational environment. The practice of popular education demands the guarantee of a good structure for the realization of the classes, a pedagogical method that is appropriate to the local reality

and that has a language coherent with the educational level of the classes and the presence of educandas and students. In addition to a series of concerns with pedagogical aspects, the popular curriculum must be adjusted to the main demands, so that an educational space can be created with debate, formation and decision making. A good conformation of pedagogical instances is fundamental for popular education to be practiced democratically and collectively.

KEYWORDS: Popular education. Popular courses. Educational practice.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentaremos alguns resultados de nosso estudo sobre a experiência do Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus (CPCMJ) iniciado no ano de 2015, no município de Campina do Monte Alegre – SP, acolhendo as suas primeiras turmas no início de 2016. Um pouco da história e do contexto social do CPCMJ já foram descritos por em outra publicação (Mota et al. , 2018). Ela consiste em uma experiência educativa ímpar, não por uma arrogância pedagógica, mas pelas condições pela qual foi gestada. As condições de vida dos jovens nos revelam a realidade social com os piores índices de desenvolvimento humano do Estado de São Paulo, simultaneamente a uma busca incessante da construção da Educação Popular, tão refletida por Paulo Freire.

Todo o processo histórico de construção do CPCMJ foi constituído de intensos debates e avaliações sobre os processos educativos para que pudéssemos consolidar uma estrutura organizativa capaz de garantir a estrutura física, a pedagogia e a presença de educandas/os. Separamos esses três itens por serem fundamentais no processo de consolidação do CPCMJ. A construção de um espaço educativo popular se faria inviável sem uma mínima estrutura para aulas e debates, sem um método pedagógico que tenha um objetivo educacional e sem a presença de sujeitas/os que frequentem as atividades do CPCMJ.

Este artigo tem como objetivo central identificar o caminho histórico da construção da organicidade e instâncias pedagógicas e indicar caminhos necessários para a construção de espaços educativos populares.

2 | O INÍCIO DO PROCESSO

Nossa história tem início na consolidação de um grupo inicial que enxergava a necessidade da criação de um espaço educativo que pudesse dar melhores condições de preparo para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para a comunidade da cidade de Campina do Monte Alegre - SP. Uma perspectiva epistemológica já se apresenta neste intuito de abriremos os caminhos necessários para a construção de espaços educativos populares: é preciso reconhecer o “chão em que pisamos”, compreender as características da região, dos municípios, dos bairros, etc. Nosso

exemplo trata da construção em uma pequena cidade do interior, mesmo assim, o conhecimento do território foi fundamental para que pudéssemos alcançar um grau de organização e um conjunto de instâncias pedagógicas aptas a sustentar todo o processo educacional apropriado a esta modalidade de ensino.

Ainda neste momento de construção, tínhamos noções sobre o que não queríamos com a educação oferecida em nosso cursinho. O grupo inicial de construção trazia em sua forma de agir e pensar uma grande crítica à educação tradicional e os entraves causados pela meritocracia, tão presente dentro da educação brasileira. Não havia uma compreensão coletiva sobre a Educação Popular e seu papel na luta política.

O ano de 2015 foi fundamental para que pudéssemos compreender nosso território, consolidar um grupo inicial de educadoras/es e firmar compromissos pedagógicos que fossem de encontro às tradições tão arcaicas de nossa educação formal, oferecida desde o ensino básico ao superior.

Aqui apontamos mais dois aspectos que se referem a duas necessidades básicas, com implicações epistemológicas, na construção de cursinhos populares: a articulação de um grupo de educadoras/es e a integração com outras instâncias sociais ou institucionais. Não se pode concretizar um cursinho popular sem a presença de educadoras/es e parcerias, elas são fundamentais para o suporte necessário às atividades educativas.

3 | A PRIMEIRA CONFORMAÇÃO DE NOSSA ORGANICIDADE

As decisões eram tomadas em assembleias com todos/as os/as membros/as e apoiadoras/es do CPCMJ. Não tínhamos na época um bom acúmulo de experiências organizativas, apenas algumas influências de organizações onde atuávamos ou trabalhávamos. Realizávamos reuniões semanais que foram esgotando as pendências políticas e pedagógicas de acordo com a prioridade temporal.

A crítica à educação tradicional e nosso modo inicial de construção da Educação Popular nos colocaram diante de contradições pedagógicas. Como construir um espaço educativo popular que não reproduza a educação tradicional ou bancária (Freire, 2011) e que possa preparar todos/as os/as envolvidos/as no conjunto das atividades de estudo que faria parte das garantias de realização das provas oferecidas pelo ENEM?

Optamos por manter os conteúdos básicos do ensino médio, o que nos possibilitaria garantir a preparação para o ENEM. Para quebrarmos o tradicionalismo educacional construímos junto ao grupo de educadoras/es a ideia de que o processo de aprendizagem se dá a partir do diálogo e da construção de verdadeiras relações humanas. Da mesma forma que educadoras/es estavam transmitindo certos conteúdos, elas/es também estariam aprendendo com aquele processo. Essa posição pedagógica advém das leituras sobre a concepção de Educação Popular gestada por Paulo Freire (2011; 2000; 1976). Trabalhamos elementos subjetivos como humildade

e respeito às diferenças dentro do grupo educativo. Era importante que, mesmo com conteúdos tradicionais, pudéssemos ter uma postura pedagógica diferente, crítica à pedagogia dominante em nossas escolas e universidades. Não queríamos reproduzir aquele modelo, mesmo sabendo de nossas limitações pedagógicas e entendendo o papel da prática na reflexão teórica.

Além disso, garantimos um dia na semana (sexta-feira) para que pudéssemos realizar debates, avaliações, exames simulados e outras atividades que pudessem ajudar na construção de um processo pedagógico que não fosse baseado somente nos conteúdos tradicionais. Iniciamos o cursinho no ano de 2016 com 2 turmas de 40 educandas/os cada, atendendo os municípios de Campina do Monte Alegre e Buri - SP.

Destacamos nesse percurso as seguintes contribuições para a concretização de espaços de educação popular, no presente exemplo, que se refere ao CPCMJ: o conhecimento do território de atuação, um grupo inicial capaz de articular educadoras/es e parcerias e um debate sobre as contradições e críticas ao sistema educacional brasileiro. Neste momento ainda não havíamos experimentado a relação educadoras/es X educandas/os, que nos colocou em outro patamar na compreensão e na vivência da educação popular.

4 | A CHEGADA DAS PRIMEIRAS TURMAS

O início do período letivo de 2016 foi importante para que pudéssemos testar algumas ideias e reflexões sobre o que havíamos planejado. A relação com educandas/os é uma parte central na construção da educação popular. Deve ser um processo dialético, recheado de percepções e diálogos que busquem a melhoria do espaço educativo. Não há como menosprezar o papel das educandas/os nesse processo. A grande chave para a construção da educação popular é justamente a possibilidade da construção coletiva de um espaço popular onde sejam sustentados os vínculos de pertencimento, e ao mesmo tempo, sejam experimentadas as práticas de reconhecimento.

Nossa intenção não consiste em delimitar o debate e nem impedir que novas ideias e sugestões apareçam. Mas faz-se necessário deixar claro algumas afirmações sobre o que buscamos construir ao propor um cursinho popular. Trata-se de se colocar em um exercício permanente de busca da lucidez que tenha contribuições para alcançar um prudente posicionamento político no jogo das forças, sem perder as suas implicações epistemológicas. Este desafio pode se expressar na forma de uma aposta no sentido de um “ver claro” com condições de orientar e sustentar exercícios de jogos de poder e experimentações de campos de possibilidades para a expansão da vida. O desejo do “ver claro” não pode se restringir a um jargão de militância. Precisa ser um esforço de construção teórica com consistência.

Existem questões básicas relacionadas ao acesso ao ensino superior, ainda tão

elitizado em nosso país e na esfera mundial. Temos a percepção que somente o Brasil vive uma onda conservadora e que só em nosso país que os pobres não puderam estudar. As oportunidades de estudo sempre foram poucas para todos os pobres do mundo. Daí a necessidade de fazer com que a luta pelo acesso ao ensino superior, seja compreendida nos marcos de uma luta por justiça social, praticada e articulada em âmbito internacional.

Prontificamo-nos também a desenvolver uma concepção de educação que fosse para além dos conteúdos básicos e do acesso ao ensino superior. O contato com nossas primeiras turmas foi fundamental para que pudéssemos enxergar quem eram aquelas pessoas que estávamos teorizando sobre seu território.

Nosso principal público, a época, era em sua maioria jovem. Deparamos-nos com a presença de uma energia contagiante, uma juventude viva, disposta a estar presente em um espaço educacional e, em alguns casos, com uma grande vontade de acessar o ensino superior.

Talvez essa seja uma importante reflexão sobre nossas educandas/os. Ao analisarmos o território não imaginávamos que o sonho da universidade estava tão distante da realidade de suas vidas. Em nossa visão, bastaria oferecer um cursinho pré-vestibular para que a comunidade mudasse sua visão sobre o ensino superior e fosse capaz de incluir em seu horizonte de vida a possibilidade de cursar uma graduação.

O trabalho da emancipação do/a sujeito/a não é um processo automático. O trabalho popular nos colocou em contato com uma realidade onde 51,7% das mães de educandas/os inscritas/os tinham somente ensino fundamental completo ou não e somente 11,9% tinham pai ou mãe com ensino superior. Além disso, as famílias tinham em sua grande maioria (70,2%) a renda familiar de até 2 salários mínimos. Os estabelecimentos educativos privados são raros em nossa região, quase a totalidade de nossas educandas/os vinham do ensino público, que apesar do esforço de muitas professoras/es ainda está muito longe de construir um sonho junto à juventude que cotidianamente frequenta a escola.

As aulas foram pensadas de forma a garantir os conteúdos básicos cobrados para o ENEM e tínhamos 2 afirmações: não ceder ao tradicionalismo educacional e realizar um espaço de debate junto à comunidade e participantes do cursinho. Mas essa estrutura estaria de fato construindo uma alternativa educacional ou estávamos apenas agindo na solidariedade e no assistencialismo dentro de uma mesma lógica educacional a qual tanto criticamos?

Foi preciso garantir processos de avaliação e diálogo com nossas educandas/os. Aos poucos fomos percebendo um profundo sentimento de que “não somos ninguém”, algo relacionado com as forças de captura que conduzem para as armadilhas da impotência ou a constituição de subjetividades vitimadas. Havíamos planejado também uma intensa participação das educandas/os no processo de construção do CPCMJ e nos deparamos com uma juventude com muitas dificuldades em assumir o protagonismo da ação e com uma passividade frente ao que já estava decidido, como

se o presente não pudesse ser modificado para a construção de um novo futuro. Em muitos casos de indisciplina dentro da sala de aula, com muitas conversas, as próprias/os educadoras/es e educandas/os tinham a visão de que os que “davam trabalho” deveriam ser retirados do cursinho.

Para que pudéssemos construir um cursinho que de fato fosse popular foi necessário exercer algumas práticas básicas para educação popular. Era preciso viver o cursinho, conversar sobre os mais diversos temas com as/os jovens e criar vínculos de confiança e amizade. Esse vínculo nos possibilitou compreender o que realmente eram aquelas/es jovens que tanto se esforçavam para estarem junto conosco.

Começamos a trabalhar e a dialogar sobre nossas vidas, nossas percepções sobre a sociedade, sobre o futebol, os amores e tantos outros temas. Foi importante conhecer quem eram aquelas pessoas e quem éramos nós.

Em nossos processos de avaliação, conduzidos semestralmente, citamos algumas percepções de educandas/os sobre o CPCMJ:

1. “Estou gostando muito do cursinho, será de grande importância para mim”.
2. “Não tenho opinião sobre o curso, sou novo aqui, mas estou gostando muito”.
3. “O curso é ótimo, irá abrir grandes portas para nós”.
4. “É necessário mais disciplina e respeito em sala de aula”.
5. “O cursinho deveria ser mais rigoroso em relação aos alunos que não estão levando a sério as aulas”.
6. “Os professores deveriam ser mais autoritários, pois tem muita gente que se aproveita”.
7. “As aulas devem ser mais explicadas, mais aprofundadas, deixar mais claro, pois eu tenho muitas dificuldades”.

Os relatos 1, 2 e 3 mostram a percepção das/os educandas sobre o CPCMJ. Em geral as avaliações são sempre muito positivas sobre o cursinho. Existe um sentimento de agradecimentos pela “grande ajuda que estamos dando”. Tentamos trabalhar orientados por uma ideia diferente, não estamos ajudando ninguém, estamos construindo um processo único, de aprendizados e ganhos para todas/os envolvidas/os. E para, além disso, a construção da educação popular só se coloca em prática não somente quando as aulas são boas, mas também em como os olhos enxergarão as contradições da sociedade e se colocarão em disputa sobre os rumos do futuro de nosso país. O agradecimento por parte de educandas/os será uma marca presente no trabalho popular, mas nunca deve servir para inflar o ego de educadoras/es. Tal sentimento precisa ser elaborado para que se torne uma construção coletiva, com ganhos para todas/os, para toda sociedade.

Os relatos 4, 5 e 6 nos mostraram um importante problema: a disciplina em sala de aula. Foi uma questão recorrente em nosso trabalho popular. Deparamo-nos com as contradições da “disciplina” em sala de aula todos os anos de construção do CPCMJ. O que apontamos como uma questão básica, um princípio para o cursinho, é que não seríamos autoritários e não expulsaríamos ninguém de nossas aulas. Não foi um debate simples de ser promovido no interior do grupo de alunos, e de modo amplo, com toda a equipe envolvida nesta experiência.

Um primeiro entrave deu-se junto às educadoras/es, que baseado nas regras do ensino tradicional com raízes profundas em suas consciências colocaram em inúmeras vezes a necessidade de retirar os/as “problemáticos/as” da sala de aula e do cursinho. O segundo entrave deu-se junto às/aos próprias/os educandas/os que julgavam necessária a expulsão dessas/es educandas/os para que pudessem estudar com mais tranquilidade.

Para a condução desse processo optamos por conversar coletivamente com as turmas, encontrar uma saída coletiva para o problema e entender os motivos das conversas em sala de aula.

Optamos também por conversar com as/o educandas/os mais citadas/os como as/os “baderneiras/os” da sala. Falamos que ninguém seria expulsa/o do cursinho, mas que precisávamos manter um bom ambiente educativo e entender os motivos das ações que eram feitas durante as aulas. Por que uma pessoa vem ao cursinho se não está com intenção de prestar atenção nas aulas?

Nesse episódio nós nos deparamos com aspectos reveladores de uma contradição importante de ser compreendida e elaborada. Todas as conversas pessoais mostraram que essas/es educandas/os sentiam-se muito bem no ambiente do cursinho, sentiam-se acolhidos e queriam estudar, ter um melhor preparo. Estes aspectos mencionados nesse registro específico de uma prática nos revelam uma mútua implicação entre a dimensão do pertencimento, próprio da materialidade dos vínculos que um indivíduo estabelece em grupo, e a esfera do reconhecimento, próprio de um exercício de alteridade. E tudo isso se faz por meio de reconstituições coletivas de ambientes saudáveis em uma perspectiva emancipatória para os sujeitos implicados nestas práticas educacionais, tanto para os educandos quanto para os educadores.

Conseguimos extrair algumas marcas do trabalho popular em termos de um processo educacional. Nossa linguagem nem sempre é adequada ao conteúdo e à construção do conhecimento. Muitas vezes temos dificuldades em garantir a interação do educador/a com as educandas/os. Não se pode construir um processo de construção do conhecimento se de um lado se fala inglês e do outro espanhol. É preciso viver a língua do povo, suas gírias, suas expressões e metáforas. O cuidado na linguagem é fundamental. Além disso, as educandas/os viveram, em sua grande maioria, um estilo educacional baseado na punição aos “maus elementos”. Muitos tomam advertências, são expulsos da escola, são chamados corriqueiramente a uma conversa com a direção da escola cheia de moralismos e com pouca solução para

o problema. Ao chegarem a um ambiente escolar onde não existe a punição com que estão acostumadas/os essas/es educandas/os passam a enxergar aquele espaço sem a necessidade de cumprir elementos básicos do bom convívio. Os/as sujeitos/as passam a libertar-se do sistema tradicional e desafiar a prática educacional popular em buscar soluções para a criação de um ambiente escolar produtivo e criativo.

Aprendemos ao longo de nosso processo que a principal ferramenta para esse desafio é o diálogo. Não se pode punir alguém com uma expulsão pelo simples fato desta pessoa conversar em sala de aula. É preciso entender quais são as mágoas, as tristezas, os sonhos, as frustrações, as dificuldades, as facilidades, etc. dessas pessoas. É preciso acreditar no ser humano, buscar soluções para problemas enfrentados. A tomada da palavra, que se expressa nesta acusação atribuída ao excesso de fala em ambientes coletivos de aprendizagem, também faz parte de uma conquista de território existencial, em um complexo jogo de poder.

Esta constatação pode nos levar a uma equivocada visão de extremo humanismo na condução do processo. Algumas ações cometidas por participantes do trabalho realizado em educação popular fazem com que essas pessoas sejam afastadas do grupo. Dentro do CPCMJ não passamos por situações mais extremas como assédios, estupros, agressões, racismo, etc. A tolerância deve ter um grau, algumas práticas são inaceitáveis para dentro de um cursinho popular.

O relato 7 nos mostrou o retrato social das pessoas que estávamos trabalhando. Será que estávamos acertando a nossa linguagem e construindo o conhecimento ou somente depositando informações sobre nossas educandas/os?

Sempre tivemos em nosso grupo uma forte tendência em garantir os conteúdos, mesmo que esses não fossem compreendidos em sua totalidade. Havia no grupo a visão de que seria mais importante garantir com que todos os temas fossem estudados em sala de aula do que a possibilidade de não garantir o acesso a todos os conteúdos caso fosse necessário explorar mais determinado tema. De fato, isso é uma contradição, o ENEM cobra inúmeros conteúdos e um bom preparo para esse tipo de prova necessita muito estudo, informação e conhecimento. Como garantir um bom preparo para as turmas? Ao mesmo tempo nos deparamos com dificuldades em realizar contas de subtração, divisão, soma, dificuldades na escrita e compreensão de textos, ausência de uma linha histórica de construção da humanidade, da república brasileira e inúmeros outros conteúdos.

É preciso construir o conhecimento, algo muito mais difícil do que simplesmente realizar exercícios em sala de aula ou leitura coletiva de uma parte do conteúdo. A construção do conhecimento necessita adequar os conteúdos à realidade educacional das pessoas com quem se trabalha, explicar a fórmula de Bhaskara para quem não tem compreensão sobre como realizar uma multiplicação é afirmar que a construção do conhecimento está longe de ser alcançada.

Os exemplos devem ser recolhidos do cotidiano, as aulas de biologia que explorem as paisagens que possam ser vistas todos dias no caminho para as aulas possibilitam

uma melhor compreensão do conceito de bioma, por exemplo. O cotidiano ganha a dimensão de um território onde se materializam os conteúdos. Alguns conceitos, cobrados para o ENEM, terão uma maior dificuldade na exemplificação prática, mas o papel da educadora/or é sempre buscar ligações com a prática, com as/os sujeitas/os, suas vidas, suas histórias, etc. É preciso compreender o todo da turma, saber que lá existem muitos elementos dispersos dos conteúdos a serem abordados. A melhor aula é a sala de aula.

5 | OS AJUSTES NECESSÁRIOS EM NOSSA ORGANICIDADE

O primeiro ano de construção do CPCMJ foi fundamental para que, enquanto um espaço educativo de construção de uma pedagogia popular, pudéssemos ter uma melhor visão da realidade que estávamos atuando, o grupo responsável por desenvolver as mais variadas tarefas, a diversidade presente em nossas/os educandas/os e, principalmente, os desafios para colocar em prática a educação popular.

Um importante desafio que se colocava a nossa frente tratava de como gerir um espaço educativo que havia tomado grandes proporções, com responsabilidades com o sonho de educandas/os e com o ideal de oferecer um bom preparo acadêmico e ainda possibilitar uma nova visão sobre a sociedade e sobre nossas próprias vidas.

A partir do segundo ano de construção do CPCMJ optamos por garantir uma organicidade ajustada às demandas. É um importante elemento na construção da educação popular dentro de nosso cursinho. Foi um processo de entendimento que o ambiente educativo vai muito além das aulas. Existem bastidores fundamentais para a garantia de todo o processo.

As tarefas que antes eram definidas em reunião gerais de construção foram divididas em coordenações, previamente pensadas de acordo com as principais demandas envolvidas na construção. São elas:

Coordenação pedagógica – Responsável por resolver questões relacionadas a preparação de exames simulados, acompanhamento pedagógico das turmas, conflitos entre educandos/as e educadoras/es, auxílio na construção dos planos de ensino e o planejamento das atividades semanais de debate.

Coordenação financeira – Responsável por captar recursos financeiros para as atividades e criar uma rede de articulação com parceiros/as do CPCMJ.

Coordenação comunicação – Responsável por garantir a comunicação externa do CPCMJ, gestão de nossas redes sociais e contato com educandas/os. Essa coordenação deve garantir a divulgação da lista de selecionados/as, datas importantes, dicas do ENEM, divulgação das inscrições para o ENEM, data da prova, etc.

Coordenação Secretaria – Responsável por garantir o controle de presenças, fazer a lista semanal de chamadas, selecionar novas/os educandas/os a medida que as vagas surjam e levantamento de dados e estatísticas.

Coordenação das matérias – As/os coordenações das matérias têm como

responsabilidade garantir a presença dos/as educadores/as em sala de aula, auxiliar na construção dos planos de aula, estudo dos conteúdos centrais cobrados no ENEM, avanço na construção de uma pedagogia popular, elaboração de simulados, etc. Temos atualmente 8 coordenações: matemática, química, filosofia/sociologia, história, física, biologia, geografia e linguagens.

Coordenação bedéis – Tem a responsabilidade de preparo prévio das aulas a partir dos materiais e ferramentas demandadas pelas/os educadoras/es, manter o ambiente tranquilo fora de sala de aula, cuidado com as listas de presença durante a semana e apoio nas atividades fora da sala de aula.

Cada um dos 13 grupos contou com a estipulação interna de 2 pessoas para a coordenação, excetuando-se a comissão pedagógica, que contava com 4 coordenadores, a união de todos/as os coordenadores/as fez com que criássemos a “Coordenação Geral”, que, ao funcionar nos moldes de um conselho, garante uma tomada de decisão participativa e horizontal entre os/as membros/as do CPCMJ. Esse formato foi uma novidade na experiência realizada durante o ano de 2018. Aos/as coordenadores/as de equipes, coube a criação de espaços formativos em educação popular, a fim de potencializar os efeitos das ações do cursinho.

É importante situar nossa organicidade na construção da educação popular para dentro do CPCMJ. Sempre nos propusemos a um processo de crescimento de turmas e maior participação de jovens do sudoeste paulista. Crescer em número de educandas/os significa ter uma maior estrutura física, recursos humanos e financeiros para garantir o espaço educativo.

Outra preocupação permanente é a consolidação de um espaço de educação popular que não fosse apenas balizado por números e aprovações, mas que fosse, de fato, um ambiente de formação de um modo de resistência capaz de alterar a compreensão da realidade e de favorecer a organização popular.

Foi inegável nos depararmos com as contradições colocadas pelo crescimento com a consolidação da educação popular. Tivemos que dar respostas organizativas, para além de pedagógicas, a fim de enfrentar desvios que nos levassem a uma prática educadora tradicional.

Garantir uma dinâmica descentralizada foi fundamental para que todas/os as/os integrantes do CPCMJ tivessem acesso aos debates, às decisões, às demandas e que pudessem ser parte orgânica na construção de nossa política e nossa pedagogia. Ao mesmo tempo o processo de centralização das decisões em uma coordenação geral também foi importante para que pudéssemos ter noção das especificidades dos grupos e traçar soluções coletivas para demandas e problemas. Trabalhamos para que saíssemos do “personalismo” como se apenas alguns de nós fossemos os “donos” do CPCMJ. É um desvio que merece muita atenção e não pode se naturalizar como prática dentro de espaços de educação popular.

O cuidado em escutar as principais demandas que surgem dentro dos grupos é fundamental para que as decisões sejam baseadas em uma realidade concreta.

Assim como é fundamental o cuidado com a centralização do grupo com as decisões tomadas coletivamente, para que ações espontâneas não sejam prejudiciais para as atividades educacionais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo fazemos o registro de algumas percepções, que podem mostrar-se equivocadas em outros momentos históricos ou mostrar sua viabilidade junto a construção dos espaços educativos. A descrição do processo educacional enfatizou três pontos: 1- estrutura para aulas e debates, 2- um método pedagógico que tenha um objetivo educacional e 3 - presença de sujeitas/os que frequentem as atividades do CPCMJ. O cursinho popular exige uma estrutura pedagógica consistente em compromisso assumido com os jovens das camadas sociais excluídas, para que tenham o acesso com dignidade na educação. Diante das condições precárias de nossas escolas e nossa educação nos empenhamos em oferecer uma estrutura forte para garantir a realização dos objetivos das atividades de ensino articulados com o exercício de direitos, de cidadania e de dignidade humana. A análise de nosso método pedagógico nos indica muitos desafios a serem solucionados no bojo da própria experiência em movimento. Nós nos empenhamos em superar a chamada educação tradicional ou bancária e experimentamos a construção do em condições de diálogo. A prática do diálogo em um processo dinâmico de elaboração dos saberes oferece a materialidade da marca educacional inerente a uma concepção de educação popular. Nós registramos a importância em considerar no desenvolvimento das práticas um leque de temas tais como: linguagem; modos de decidir; processos avaliativos, participação. Em uma abordagem da micropolítica na educação enfatizamos os aspectos relacionados com o carinho, o zelo e o amor como forma real de envolvimento de educadores e educandos.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus Editora, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LAPOUJADE, David. **As existências múltiplas**. Tradução de Hortência Santos Lencastre. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ilka de Oliveira; PEREIRA, André; NIERO, Leonardo Paes. **Cursinho Popular Carolina Maria de Jesus da UFSCar Lagoa do Sino: Sujeito, sentido e imaginário**. Revista Igarapé, v.11, n.1, p.83-96, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Agonística. Pensar el mundo politicamente**. Traducción de Solidad Laclau. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é subjetividade**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-392-7



9 788572 473927